

Estado de Mato Grosso C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD) Nº 016/2025

PROCESSO Nº 306/2025

IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE:

- 1.1. UNIDADE REQUISITANTE: GABINETE DO PRESIDENTE
- 1.2. NOME REQUISITANTE: LIVIA DE ALMEIDA NUNES FIDELIS
- 1.3. CARGO/FUNÇÃO: PRESIDENTE
- 1.4. E-MAIL: livia.fidelisengamb@gmail.com
- 1.5. TELEFONE: (66) 3597-1145

IDENTIFI	$\alpha \cdot \alpha \cdot \alpha$		
			\/I
	. A. A.	1 / A 1 / 1 / 1	VIAINIJA.

[X] Serviço não continuado
[] Serviço continuado
[] Material de Consumo
[] Material permanente/equipamentos
[] Obras e serviços de engenharia
[] Locação de bens móveis
[] Outra []

1. Objeto da Contratação

Contratação, por dispensa de licitação, de empresa/instituição especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica administrativa, com vistas à revisão da estrutura administrativa e à análise da progressão funcional e do correto enquadramento dos servidores públicos municipais no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) da Câmara Municipal de Nova Monte Verde – MT.

2. Fundamentação da Demanda

A presente demanda fundamenta-se na **necessidade institucional** de promover a modernização da estrutura organizacional da Câmara Municipal, além de garantir a correta aplicação das normas previstas no PCCV vigente, assegurando:

- A adequação funcional dos servidores;
- A legalidade e isonomia nos critérios de progressão e enquadramento;



Estado de Mato Grosso C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24

• A eliminação de possíveis inconsistências e riscos administrativos e legais.

A contratação de consultoria especializada se mostra imprescindível por envolver conhecimento técnico e multidisciplinar, que não pode ser suprido pelo corpo técnico interno da Casa Legislativa.

3. Justificativa para a Dispensa de Licitação

A contratação será realizada com dispensa de licitação, conforme previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, dado que:

- O valor estimado da contratação será inferior ao limite de R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), respeitando a legislação vigente;
- Os serviços são comuns e técnicos especializados, definidos por meio de Termo de Referência;
- Haverá cotação prévia de preços com no mínimo 3 (três) empresas, garantindo a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- A demanda requer **celeridade** e **capacidade técnica especializada**, características que justificam a contratação direta.

4. Requisitos do Objeto a Ser Contratado

A empresa/instituição a ser contratada deverá apresentar:

- Experiência comprovada em consultoria técnica na área de gestão pública;
- Capacidade de elaborar diagnóstico institucional, propor melhorias estruturais e avaliar situações funcionais à luz do PCCV;
- Elaboração de relatórios e, se necessário, minuta de proposta legislativa para adequação do plano de cargos e carreiras.

5. Estimativa de Preço

A estimativa de preço será apurada com base em **pesquisa de mercado**, por meio da solicitação de **orçamentos junto a empresas/instituições atuantes no ramo de consultoria pública**. Será anexado ao processo o **mapa comparativo de preços** com, no mínimo, três cotações válidas, como determina a legislação vigente.



Estado de Mato Grosso C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24

6. Indicação de Recursos Orçamentários

A contratação será custeada com recursos próprios da Câmara Municipal, conforme dotação orçamentária vigente:

Elemento de Despesa:

Órgão: Câmara Municipal de Nova Monte Verde/MT

Unidade Orçamentária: Câmara Municipal de Nova Monte Verde/MT

Função: 01 – Legislativa

Subfunção: 031 – Ação Legislativa Programa: 0001 – Ação do Legislativo

Ação: 2001 – Manutenção das Atividades do Legislativo Elemento de Despesa: 33.90.35 – Serviços de Consultoria

Fonte de Recursos: 1.500.0000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

7. Responsável pela Execução e Fiscalização do Contrato

A execução e fiscalização do contrato ficará a cargo de servidor a ser designado por Portaria da Presidência da Câmara, que acompanhará a execução, validará os produtos entregues e atestará as respectivas notas fiscais.

8. Documentos que Acompanham este DFD

- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Minuta de Termo de Referência;
- Levantamento da situação funcional dos servidores;
- Organograma atual da Câmara Municipal;
- Cópia do PCCV vigente;
- Previsão orçamentária;
- Minuta de justificativa de dispensa (a ser assinada posteriormente).

9. Conclusão da Unidade Requisitante

Concluímos que a contratação ora demandada é **tecnicamente viável, juridicamente legal e economicamente vantajosa**, sendo imprescindível para a melhoria da estrutura organizacional da Câmara e para a correta aplicação do Plano de Cargos e Carreiras. A adoção da **dispensa de licitação** justifica-se pela urgência, especificidade técnica dos serviços e compatibilidade com o limite legal.



Estado de Mato Grosso C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24

Município de Nova Monte Verde - MT, 29 de agosto de 2025.

Livia de Almeida N. Fidelis Presidente

Aparecida Picon Fornazieri Dep. de Compras